

2016, urge a necessidade de especializar os integrantes da segurança pública do estado do Ceará para as mais diversas áreas de atuação, sendo a AESP, o órgão responsável pelo treinamento e aperfeiçoamento desses profissionais de segurança pública, considerando a necessidade de multiplicadores de formação. VALOR: R\$10.910,00 (dez mil novecentos e dez reais.) DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 10100008.06.128.015.21467.33903900.00.0.00. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal: nº8.666/1993 de 21 de junho de 1993, Art.25, inciso II, c/c Art.13, inciso 13 CONTRATADA: **TACTICAL EXPLOSIVE ENTRY SCHOOL - T.E.E.S. BRAZIL**, CNPJ 73.923.757/0001-20. DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE: JOSÉ ÉLCIO BATISTA - SECRETÁRIO EXECUTIVO E ORDENADOR DE DESPESA DA AESP RATIFICAÇÃO: CÉSAR BARREIRA - DIRETOR GERAL DA AESP.

Paulo César Misino  
ASSESSORIA JURÍDICA

\*\*\* \*\*

### SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

#### EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº DO DOCUMENTO 03/2012 IG Nº733784

PROCESSO Nº12194515-4/STDS OBJETO: **locação de área** para instalação de stand de exposição e comercialização de produtos artesanais. JUSTIFICATIVA: a opção de participação da 15ª FIAFLORA-EXPORGARDEN se deve ao fato do evento atender as necessidades de comércio da Central de Artesanato do Ceará - CEART, onde serão expostos e comercializados produtos artesanais, beneficiando diretamente uma média de 800 artesãos de diferentes municípios, levando ao Estado de São Paulo, a qualidade e a diversidade de produtos genuinamente cearense VALOR: R\$25.680,00 ((vinte e cinco mil seiscentos e oitenta reais)) DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 47100003.11.334.049.14076.01.335039.00.0 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: nos termos do art.25 da Lei Federal nº8.666/93 CONTRATADA: **THS FEIRAS E EXPOSIÇÕES LTDA**, CNPJ nº08.859.033/0001-01 DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE: reconheço que o referido contrato, em conformidade com o dispositivo legal suso mencionado, encontra-se amparado pelo instituto da inexigibilidade de licitação - Francisco Marcelo Sobreira - Secretário Executivo da STDS. RATIFICAÇÃO: Ratifico e homologo a inexigibilidade de licitação relativa ao presente processo, com fundamento nas informações prestadas e na legislação aplicável ao caso em tela - Evandro Sá Barreto Leitão - Secretário do Trabalho e Desenvolvimento Social.

João Vicente Leitão  
ASSESSORIA JURÍDICA

\*\*\* \*\*

### DEFENSORIA PÚBLICA GERAL

**PORTARIA Nº755/2012 - A SUBDEFENSORA PÚBLICA GERAL DO ESTADO**, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art.7º do Decreto nº29.704, de 08 de abril de 2009 resolve **DESLIGAR**, de acordo art.20, alínea "V", do Decreto supracitado, a estagiária **GYSLAINE NASCIMENTO PEREIRA REBOUÇAS**, da área de Ciências Contábeis, desta Defensoria, a partir de 11 de julho de 2012. DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO, em Fortaleza, 17 de julho de 2012.

Maria Angélica Cardoso Mendes Bezerra  
SUBDEFENSORA PÚBLICA GERAL

Registre-se e publique-se.

\*\*\* \*\*

#### EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº DO DOCUMENTO 17/2012

PROCESSO Nº12396293\_5/2012 Defensoria Pública Geral do Estado OBJETO: correspondente a **inscrição de 01 (uma) Defensora Pública no curso "Mediation and The Judicial System- Turma 01"**, tendo como beneficiária: ROZANE MARTINS MIRANDA MAGALHÃES JUSTIFICATIVA: A justificativa para declarar a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, para a contratação de prestação de serviços consistentes da inscrição de 01 (uma) Defensora Pública no "Curso Mediation and The Judicial System- Turma 01", promovido pela "FUNDAÇÃO EDSON QUEIROZ", encontra fundamento e amparo legal no art.25, inciso II c/c o art.13, VI da Lei nº8.666/93 e suas alterações posteriores, bem como art.134,§2º da Constituição Federal de 1988 e art.2º,4º e 5º da Lei Estadual 13.180/2001, em razão de tratar-se de serviços de aperfeiçoamento vinculado às funções desempenhadas pelos Defensores Públicos, havendo vínculo de pertinência entre o treinamento e a

atividade desempenhada, tendo em vista a abrangência e relevância do curso desenvolvido. Ademais, a especificidade dos temas e a comprovada competência da empresa organizadora do evento inviabiliza a competição. VALOR: R\$2.850,00 (dois mil, oitocentos e cinquenta reais) DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 00403 06200001.14.128.500.29021.22.33903900.70.2.40 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: art.13, inciso VI, c/c o art.25, inciso II, da Lei nº8.666/93 e suas alterações posteriores CONTRATADA: EMPRESA: **FUNDAÇÃO EDSON QUEIROZ**, situada na Av. Washigton Soares, Nº1321, Edson Queiroz, Cep: 60811-341, Fortaleza-Ce. CNPJ: 07.373.434/0001-86 DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE: A licitação foi declarada inexigível pela Sra. Subdefensora Pública Geral do Estado considerando o parecer da Assessoria Jurídica da DPGE acostado aos autos do processo supra RATIFICAÇÃO: Esta inexigibilidade foi ratificada pela Defensora Pública Geral do Estado para efeito do art.26 da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, tendo em vista o que consta nos autos do processo nº12396293\_5/2012 e em face da declaração acima.

Gustavo Gonçalves de Barros  
ASSESSORIA JURÍDICA

\*\*\* \*\*

### PODER LEGISLATIVO

#### ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

##### ATO DA PRESIDÊNCIA Nº0732/2012

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso da competência prevista no inciso X do §1º do art.24 da Resolução Nº389, de 11.12.1996 (Regimento Interno), e CONSIDERANDO o disposto no Art.3º da Resolução nº483, de 18 de março de 2003, nos Arts.1º, 2º, 4º e 5º do Ato Normativo nº221, de 26 de março de 2003, e nos Arts.132, IV e 135 da Lei nº9.826, de 14 de maio de 1974, e; CONSIDERANDO o disposto no Ato da Presidência nº428/2009; RESOLVE: Art.1º. Fica **excluído** a partir de 1º de junho de 2012 **do Grupo de Trabalho** para dar Suporte às Atividades do Núcleo de Televisão da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, criado pelo Ato da Presidência nº428/2009, o seguinte **MEMBRO**:

ASSESSOR TÉCNICO LAURINEIDE GOMES LOIOLA

Publique-se. PAÇO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, aos 04 dias do mês de julho do ano de 2012.

Deputado Roberto Cláudio  
PRESIDENTE

\*\*\* \*\*

##### ATO DA PRESIDÊNCIA Nº0741/2012

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso da competência prevista no inciso X do §1º do art.24 da Resolução Nº389, de 11.12.1996 (Regimento Interno), e; CONSIDERANDO o disposto no art.3º da Resolução nº483, de 18 de março de 2003 (D.O.E. de 25.03.2003) nos arts.1º, 2º, 4º e 5º do Ato Normativo nº221, de 26 de março de 2003 (D.O.E. de 26.03.2003); e nos arts.132, IV e 135 da Lei nº9.826, de 14 de maio de 1974 (D.O.E. de 25.05.1974). CONSIDERANDO o disposto no Ato da Presidência nº076/2009; RESOLVE: Art.1º. Fica designado para, a partir de 1º de junho de 2012, **compor o Grupo de Trabalho** para dar Suporte às Atividades e Projetos Desenvolvidos pelo INESP, criado pelo Ato da Presidência nº076/2009, com efeitos restabelecidos pelo Ato da Presidência 041/2011, o **NOME**, com a respectiva função, constante do Anexo Único deste Ato, sendo-lhes concedida, pelo respectivo exercício dessa função de natureza comissionada, a gratificação prevista no art.5º do Ato Normativo nº221, de 26 de março de 2003 (D.O.E. de 26.03.2003). Art.2º. A gratificação prevista no Art.1º deste Ato tem caráter temporário, sendo devida somente durante o efetivo exercício das atividades de assessoria técnica, e nos afastamentos previstos no inciso I a III, X, XII, XIII e XV do Art.68 da Lei nº9.826, de 14.05.1974, e não será considerada, computada ou acumulada para fins de concessão ou cálculo de vantagens financeiras de qualquer natureza, não sendo devida, pelo exercício da função gratificada, a gratificação prevista no Art.3º da Lei Nº12.984, de 19 de dezembro de 1999. Art.3º. Este Ato terá vigência com sua publicação e efeitos financeiros a partir de 1º de junho de 2012. Publique-se. PAÇO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, aos 04 dias do mês de julho do ano de 2012.

Deputado Roberto Cláudio  
PRESIDENTE